

CENÁRIO HISTÓRICO DA REESTRUTURAÇÃO PRODUTIVA¹

*Eduardo Loebel e
Waldomiro Piedade Filho**

Resumo

Neste artigo são analisados os aspectos do cenário histórico do capitalismo como pano de fundo da reestruturação produtiva ocorrida na segunda metade do século XX. Foram destacados três pontos principais: a revolução tecnológica, a globalização e os processos de divisão internacional do trabalho inerentes à própria reestruturação produtiva.

Palavras-chave

Transformações do capitalismo, processo de globalização.

1. Esse artigo foi originalmente publicado na *Revista da Associação dos Pós-Graduandos* da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, ano X, número 25, outubro de 2001, pp. 45-55.

* Eduardo Loebel é administrador de empresas, mestre em Administração pela EAESP-FGV e doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP, professor na Faculdade São Luís e na PUC/SP. Waldomiro Piedade Filho é economista, administrador de empresas, mestre em Administração pela FEA-USP e doutorando em Ciências Sociais pela PUC/SP, professor na Faculdade São Luís e na PUC/SP.

Introdução

O capitalismo consiste num processo civilizatório universal e a globalização é considerada uma das suas principais características. É um processo histórico de larga duração, presente em sua essência desde o início (a partir do século XIV), embora com ciclos de expansões e retrações, rupturas e reorientações. O capitalismo é um modo de produção material e espiritual, forma de organizar a vida e o trabalho, que se expande contínua e reiteradamente, assumindo inevitavelmente dimensões globais. Para Ianni (1997:55), (...) *a história do capitalismo pode ser vista como a história da mundialização, da globalização do mundo*. Nas palavras do autor, o capitalismo envolve a *reprodução ampliada do capital* de maneira cada vez mais ampla e simultaneamente nos âmbitos nacional, continental e global. Entendemos, portanto, com Singer (1997:41) que *tanto a internacionalização como sua forma mais recente, a globalização, não passam de manifestações de um fenômeno mais fundamental que é a ampliação dos mercados*.

O caráter internacional do capitalismo, a reprodução ampliada do capital e a ampliação dos mercados, não foram sempre iguais na história da globalização. Destacam-se diferentes épocas, quando a dimensão internacional do capitalismo é moldada por diferentes composições de forças dos mercados mundiais. A primeira época é a do predomínio das nações capitalistas mais desenvolvidas e estendeu-se até meados do século XIX. Esta época e as respectivas composições de forças no panorama internacional não serão discutidas aqui, visto que o nosso foco está centrado no processo de globalização do século XX, especialmente o fim de século. A segunda é a *época dos imperialismos* (Ianni, 1997), sobre este assunto nos interessam os elementos históricos relacionados ao fim dos impérios, ou a chamada Era das Catástrofes (Hobsbawm, 1995). Esta época inicia-se na segunda metade do século XIX entra em colapso na Primeira Guerra Mundial e encerra-se com a Segunda Guerra Mundial. A terceira época é a da Guerra Fria, a Era de Ouro (Hobsbawm, 1995), considerada a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital desde 1914 e um dos movimentos importantes que resultaram na globalização do fim do século XX (Chesnais, 1996). A quarta época é a crise do Bloco Soviético (Ianni, 1997) ou o Desmoronamento (Hobsbawm, 1995). A quinta época é a nova economia informacional e global (Castells, 2000).

Este artigo encontra-se estruturado em quatro partes: (1) a introdução, (2) as transformações do capitalismo no final do século XX, (3) a nova economia informacional e o processo de globalização e (4) as considerações finais.

1. As transformações do capitalismo do final do século XX

Nos anos 50 até meados dos anos 70, o mundo passou por uma fase excepcional em sua história: a chamada Era de Ouro. As mudanças verificadas nessa era foram consideradas de abrangência mundial, muito embora suas benesses não atingissem a totalidade das nações, mas apenas os países capitalistas desenvolvidos. Conforme Hobsbawm (1995), nesse período esses países foram responsáveis por três quartos da totalidade da produção mundial e mais de 80% das exportações de manufaturados.

Nos Estados Unidos, o progresso foi uma continuidade do que se vinha observando historicamente. O desenvolvimento da indústria automobilística, principalmente centrado em Henry Ford, propiciou o surgimento da chamada *produção em massa* que foi também incorporada às demais indústrias (inclusive serviços) de transformação. Esse modelo também atingiu o continente europeu, embora de uma forma mais lenta. Ford tornou mais eficientes tecnologias antigas e trabalhou muito na divisão do trabalho, fazendo com que o mesmo chegasse ao trabalhador numa posição fixa e, assim, aumentando com intensidade os ganhos de produtividade. O que distinguia Ford de Taylor era que a produção em massa significava consumo de massa, uma nova política de controle e gerência de trabalho; Harvey (1998:121) assim resume: *um novo tipo de sociedade democrática, racionalizada, modernista e populista*.

No período da Era de Ouro, observou-se a grande revolução tecnológica que teve seus efeitos no progresso econômico. A pesquisa científica passou a ser aplicada aos novos produtos em um menor espaço de tempo. Hobsbawm (1995) reconhece três fatores influentes em decorrência da revolução tecnológica: o primeiro, refere-se à transformação da vida cotidiana das pessoas que passaram a incorporar nos seus hábitos os novos produtos desenvolvidos pelas indústrias; o segundo fator, refere-se à complexidade dos novos produtos que ocasionava um movimento sofisticado desde a invenção até a colocação do produto no mercado — esse fato proporcionava a necessidade de pesados investi-

mentos em pesquisa e desenvolvimento, o que vinha a favorecer os países que dispunham de capital para tal estratégia; o terceiro fator, refere-se à qualidade da tecnologia que se voltava preponderantemente para maciços investimentos de capital intensivo ao invés de mão-de-obra intensiva. Neste aspecto, observa-se que os grandes investimentos na produção em massa necessitavam da criação de procura firme para serem lucrativos, isto é, a Era de Ouro exigia o surgimento de novos consumidores para atender os aumentos da produção decorrentes dos pesados investimentos.

No chamado *grande salto da economia* houve uma reestruturação e reforma do capitalismo e um avanço na globalização da economia. Relativamente à reestruturação do capitalismo, observou-se que o planejamento da economia propiciou a industrialização em muitos países. O sistema de produção em massa, junto com os ideais de Keynes, proporcionaram expansão industrial em escala mundial. Muitos países procuraram o atingimento do pleno emprego e preocuparam-se com a segurança social e previdenciária. A globalização aumentou a produção da economia mundial e possibilitou uma maior divisão do trabalho internacional. A respeito do período 1945/1973, Harvey (1989:119) considera que a expansão verificada (...) *teve como base um conjunto de práticas de controle do trabalho, tecnologias, hábitos de consumo e configuração de poder político-econômico, e de que esse conjunto pode com razão ser chamado de fordista-keynesiano.*

Alguns economistas defendiam o mercado e atacavam as políticas vigentes na Era de Ouro. Nesta época, muitos homens públicos acreditavam que uma volta ao livre mercado era assunto fora de cogitação. Essa era pode ser considerada a era do comércio livre, dos movimentos livres de capital e moedas estáveis devido à importância econômica dos EUA e de sua moeda, o dólar, que se ligava ao ouro. Um outro fator de grande influência foi o fluxo de migração interna (das regiões agrícolas para as cidades).

Na Era do Ouro, tiveram grande importância as novas tecnologias de informação. O equilíbrio dessa era centrava-se no crescimento da produção e os lucros estabilizados daí decorrentes, ou seja, *os salários para manter o mercado ativo, mas não para espremer os lucros* (Hobsbawm, 1995:279). Saliente-se que os sindicatos de empregados, via poder do Estado, aceitaram trocar ganhos reais de salário para cooperar na disciplina dos trabalhadores de acordo com o sistema de produção em massa criado por Ford.

Em fins da década de 60, os trabalhadores pressionavam as instituições no sentido de aumentos salariais acima daqueles conseguidos pelos sindicatos; dessa forma, a explosão salarial, o colapso do sistema financeiro empresarial em 1971, a crise da OPEP de 1973, segundo os historiadores, prenunciariam o fim da Era de Ouro. Harvey (1989:135) assinala que no período 1965/1973 ficou mais evidente *a incapacidade do fordismo e do keynesianismo de conter as contradições inerentes ao capitalismo. Na superfície, essas dificuldades podem ser apreendidas por uma palavra: rigidez*. Essa abordagem significava rigidez dos investimentos fixos para a produção em massa que não permitia flexibilidade de planejamento e requeria procura firme em mercados instáveis. As tentativas de resolução desse problema encontravam resistência na posição dos trabalhadores em defesa de direitos adquiridos.

A partir de 1970, o Terceiro Mundo aumentou as exportações de produtos manufaturados para países do Primeiro Mundo. Esse fato mostra um início da nova divisão internacional do trabalho decorrente da instalação de fábricas naqueles países. Para a população do Terceiro Mundo fora prometido o desenvolvimento em virtude da modernização e a integração ao fordismo; como isso acabou não se concretizando, o que se viu foram poucos ganhos em termos de qualidade de vida e de serviços públicos que atendessem às necessidades da população.

A partir de 1973, prenunciava-se de novo uma era de crise. Hobsbawm (1995:281) assim considera: *A Era de Ouro perdeu o seu brilho. Apesar disso, iniciara, na verdade realizara, a mais impressionante, rápida e profunda revolução nos assuntos humanos de que a história tem registro*. Harvey (1989:134) infere:

os padrões materiais de vida para a massa da população nos países capitalistas avançados se elevaram e um ambiente relativamente estável para os lucros corporativos prevalecia. Só quando a aguda recessão de 1973 abalou esse quadro, um processo de transição rápido, mas ainda não bem entendido, do regime de acumulação teve início.

Após a Era de Ouro, houve crescimento nos países desenvolvidos, embora lentamente. Os países de industrialização recente tiveram desenvolvimento mais acelerado. Os países mais desenvolvidos no final do século XX ainda tinham produção mais alta do que na década de 70, porém, na África do Sul e na América Latina, as pessoas tiveram perda do poder aquisitivo em virtude do não crescimento do PIB per capita.

Saliente-se a queda da economia soviética e o crescimento da China da década de 90. Depois de 1973, os problemas de pobreza, desemprego em massa, miséria e instabilidade voltaram a florescer.

De acordo com o UN *World Development* (1992:276-7) e *Human Development* (1991:152-3, 186), citado em Hobsbawm (1995), no Brasil, os 20% mais pobres da população levavam 2,5% da renda total da nação, enquanto os 20% mais ricos ficavam com quase 2/3 dessa renda. Relativamente aos países desenvolvidos, as desigualdades aumentaram devido aos aumentos automáticos nas rendas reais não mais existirem. Harvey (1984) refere-se às décadas de 70 e 80 como um conturbado período de reestruturação econômica e de reajustamento social e político. Assinala a possibilidade da criação de um regime de acumulação inteiramente novo, o qual denomina de *acumulação flexível* que se diferencia da rigidez do fordismo. Essa acumulação prevê flexibilidade nos processos de trabalho, nos mercados de trabalho e também com relação aos produtos; surgem novos serviços financeiros, novos tipos de produção e inovação em termos de comércio, tecnologia e formas organizacionais.

O autor supõe que a acumulação flexível implica desemprego estrutural, ganhos modestos de salários reais e a reversão do poder dos sindicatos. Drucker (1992:25), a respeito do desemprego versus competitividade, descreve o exemplo da Grã-Bretanha, onde, nos últimos 25 anos, a produção industrial vem caindo principalmente devido ao seguinte fato: o número de operários produtivos por unidade de produção industrial caiu em um ritmo mais lento do que nos demais países desenvolvidos, e completa:

O exemplo britânico sugere uma nova e crítica equação econômica: um país, um ramo industrial ou uma empresa que coloque a preservação dos empregos industriais produtivos na frente da competitividade internacional (a qual implica continuado enxugamento desses tipos de empregos) brevemente não mais terá nem produção nem empregos. A tentativa de preservar esse tipo de emprego produtivo é realmente uma receita para o desemprego.

O principal problema do capitalismo no contexto da Era de Ouro versus as Décadas de Crise é que suas operações não eram mais controláveis. As políticas de governo, que funcionaram bem na Era de Ouro, já não funcionavam a contento nas Décadas de Crise.

Os governos de vários países relutavam em abandonar as políticas da Era de Ouro. Os adeptos das economias liberais atacavam as idéias keynesianas (economia mista e pleno emprego). As ideologias keynesianas e neoliberais não se confrontaram de forma técnica, mas sim ideologicamente. Os adeptos das idéias de Keynes argumentavam que os altos salários, o pleno emprego e o Estado de Bem-estar criaram a demanda que induzia à expansão e estimulá-la evitava a depressão na economia. Por outro lado, os partidários das idéias neoliberais argumentavam que as práticas vigentes na Era de Ouro não permitiam o controle da inflação e o corte nos custos, os quais impediam que os lucros aumentassem e inibiam o crescimento econômico.

A revolução tecnológica, como será abordado adiante, mudou o sistema de produção da economia permitindo que a globalização atingisse um nível nunca visto. Na indústria, o trabalho humano foi sendo cada vez mais substituído pelas máquinas e os postos de trabalho perdidos não apresentavam tendências de volta. As indústrias de mão-de-obra intensiva mudaram-se para os países menos desenvolvidos, nos quais os salários são, até a época atual, mais baixos. Verificava-se que o sistema produtivo diminuía os postos de trabalho e a economia como um todo não gerava novos empregos na velocidade necessária para a absorção dos trabalhadores dispensados. Alves (2000:30), ao tratar do novo mundo do trabalho, salienta a importância do sistema Toyota:

(...) o novo método de gestão da produção, impulsionado, em sua gênese sócio-histórica, pelo sistema Toyota, conseguiu assumir valor universal para o capital em processo, tendo em vista as próprias exigências do capitalismo mundial, das novas condições de concorrência e de valorização do capital surgidas a partir da crise capitalista dos anos 70.

O referido autor (Alves, 2000:31) também salienta que o toyotismo

(...) não rompe, a rigor, com a lógica do taylorismo-fordismo, entretanto no campo da gestão da força de trabalho, o toyotismo realiza um salto qualitativo na captura da subjetividade operária pela lógica do capital, o que o distingue, pelo menos do plano da consciência de classe, do taylorismo-fordismo.

No início da década de 90, a propensão era reter aqueles trabalhadores que a organização teria necessidade para seu crescimento em longo prazo e criar os *trabalhadores flexíveis*, ou seja, aqueles que são admitidos e demitidos quando há problemas de retração de mercado ou

queda nos lucros. Por outro lado, verificou-se o crescimento da importância do conhecimento, pois, em um mundo de rápidas mudanças, o conhecimento de uma nova técnica, de um novo produto, propicia ganhar uma importante vantagem competitiva; a esse respeito, segundo Drucker (1992), a exportação de conhecimento pode ser uma fonte geradora de receitas, criando até mais novos empregos do que a exportação de bens diversos.

Constatou-se que, nos países desenvolvidos, grande número de trabalhadores passou a depender mais da previdência social. Observou-se o aumento na formação de pequenos negócios em funções especializadas (sub-contratação — que liga as pequenas empresas às operações de grande escala, muitas vezes, das empresas multinacionais). Drucker (1992), a respeito da importância das pequenas e médias empresas, salienta o ressurgimento do espírito empreendedor, enfatizando a importância da administração profissional nas empresas desses portes, aliada ao fato da facilidade das comunicações e a maior proximidade entre produtor e o consumidor.

Nos países não desenvolvidos, aumentou a economia informal, com os trabalhadores utilizando-se dos mais diversos expedientes para garantir sua subsistência. De acordo com Hobsbawm (1995), essa situação, geradora de insegurança, propiciou, nas Décadas de Crise, rearrumações nas estruturas políticas nos países capitalistas democráticos. Estas rearrumações correspondem a perda de força dos partidos trabalhistas do Ocidente e a fragmentação da classe trabalhadora.

Relativamente às economias que utilizaram o planejamento centralizado, observaram-se sinais de esgotamento a partir dos anos 60 e em face dos movimentos da globalização (1970) acentuaram-se os desequilíbrios. Hobsbawm (1995:409) salienta: *O que a maioria dos reformadores do mundo socialista teria desejado era transformar o comunismo em algo semelhante à democracia ocidental*, mas denota que esse pensamento foi atropelado pela crise do comunismo que ocorreu concomitantemente com a crise do capitalismo da Era de Ouro e com a crise da social-democracia.

Focando o equilíbrio entre o poder financeiro e o poder do Estado sob o capitalismo, verificou-se na década de crise um direcionamento para o fortalecimento do capital financeiro e que os movimentos desse capital são maiores do que os movimentos de capital decorrentes do comércio exterior.

No que se refere aos países do Terceiro Mundo, as décadas de crise afetaram as regiões de maneiras diversas. Todos os países estavam (a partir do início da década de 70) altamente endividados. A crise da dívida evidenciou-se fortemente em 1980, quando diversos países latino-americanos tiveram dificuldade de pagamento do dinheiro emprestado na década anterior. Acordos foram feitos, mas esse período de tempo foi perturbador para a economia mundial face ao alastramento da situação de inadimplência. Algumas dívidas (dos países mais pobres) foram extintas, mesmo assim grande número de países viu-se excluído da economia mundial. Com efeito, nas décadas de crise viu-se aumentar o distanciamento entre os países ricos e pobres. No que tange ao Brasil e ao preço das matérias primas exportadas, Drucker (1992:20), analisando a dissociação entre a economia de produtos primários e a economia industrial, assevera:

(...) o Brasil teria tido, nesses últimos anos, um excedente de exportação quase 50% mais elevado que seu nível usual. Nesse caso, o Brasil teria tido pouca dificuldade para atender ao serviço de sua dívida externa e não teria tido de comprometer seu crescimento econômico, como fez, pela drástica redução de suas importações. No conjunto, se os preços de matérias primas em relação aos preços de bens manufaturados tivessem se mantido nos níveis de 1973, ou de até de 1979, não haveria crise para a maioria dos países devedores, especialmente na América Latina.

Relativamente à figura do Estado e como conseqüência dos mandamentos do livre mercado, assistiu-se à transferência para a iniciativa privada de diversas atividades de competência do serviço público, o que significou que o Estado passou a controlar uma parte menor das atividades que controlava anteriormente. Por outro lado, conforme Harvey (1989:160), o Estado é conclamado para

regular as atividades do capital corporativo no interesse da nação e é forçado, ao mesmo tempo, também no interesse nacional, a criar um bom clima de negócios, para atrair o capital financeiro transnacional e global e conter (por meios distintos dos controles de câmbio) a fuga de capital para pastagens mais verdes e mais lucrativas.

No final do século XX, observou-se a ausência de instituições e mecanismos a fim de lidar com todos os problemas descritos. A ONU não tinha poder de ação independente porque seus recursos não eram

independentes. Hobsbawm (1995) assevera que a necessidade de coordenação global multiplicou as organizações internacionais, porém, essas em seus planos de ações, dependiam de tratados internacionais separadamente assinados, os quais eram lentos e desajeitados. O autor considera duas maneiras para assegurar a ação universal. A primeira, relativamente aos Estados médios, foi a abdicação parcial do poder nacional a favor de autoridades supranacionais, conforme ocorrido com a União Européia a partir da segunda metade do século XX. A segunda maneira foi a criação de um novo sistema internacional de pagamentos, comandado pelas instituições intergovernamentais: o Fundo Monetário Internacional, o Banco Mundial e a Organização Mundial do Comércio. A esse respeito Harvey (1989:160) afirma que o poder do FMI e do Banco Mundial *costuma ser empregado para forçar reduções de gastos públicos, cortes de salários reais e austeridade nas políticas fiscal e monetária*.

No final do Século XX e ao adentrar no século XXI, ainda se aguarda o resultado das políticas desses órgãos com relação ao desenvolvimento mundial, principalmente no que se refere à ex-União Soviética e aos países do Terceiro Mundo. Harvey (1989:184) vaticina:

(...) pode-se mostrar possível reescalonar a crise através do reescalonamento (por exemplo) da dívida do terceiro mundo e de outras dívidas até o século XXI, ao mesmo tempo em que se provoca uma radical reconstituição de configurações espaciais em que uma diversidade de sistemas de controle do trabalho pode prevalecer ao lado de novos produtos e padrões na divisão internacional do trabalho.

2. A nova economia informacional e o processo de globalização.

De acordo com o sociólogo Manuel Castells, o capitalismo informacional é muito distinto do capitalismo vivido após 1950. Nele, a geração da riqueza, que ocorre através da produtividade e competitividade de empresas, países, regiões e pessoas, depende sobretudo de informação e conhecimento e da capacidade tecnológica de processar as informações e gerar conhecimento. Além do mais, é um capitalismo global pela primeira vez na História da Humanidade e que funciona em rede, quer dizer, uma nova forma organizacional altamente flexível, altamente dinâmica, que ao mesmo tempo inclui o que vale e exclui o que não vale. É um novo mundo, capitalista sim, porém novo. O que difere, em

termos econômicos, é que o capitalismo funcionava com base nos investimentos que trouxessem maior taxa de lucro. Hoje em dia se investe em função do aumento do valor de ações das empresas. Exemplo: as empresas da Internet. Estamos num capitalismo no qual a tecnologia gera valor e a expectativa de geração de valor desta tecnologia cria dinheiro².

De acordo com o autor, a denominada *economia informacional* é a forma de capitalismo na qual a produtividade e a competitividade dependem da informação, baseia-se no conhecimento e encontra-se organizada em escala global. Isto significa que, na nova economia informacional, as atividades produtivas, o consumo, a circulação dos capitais, os seus componentes (capital, trabalho, matéria-prima, administração, informação, tecnologia e mercados) encontram-se cada vez mais organizados em escala global. O autor acrescenta:

[A nova economia] é informacional e global porque, sob novas condições históricas, a produtividade é gerada, e a concorrência é feita em uma rede global de interação. E ela surgiu no último quartel do século XX porque a Revolução da Tecnologia da Informação fornece a base material indispensável para essa nova economia. É a conexão histórica entre a base de informação/conhecimento da economia, seu alcance global e a Revolução da Tecnologia da Informação que cria um novo sistema econômico distinto... (Castells, 2000:87).

Um ponto fundamental da economia política clássica são as fontes de produtividade e os caminhos utilizados para aumentá-la. Isso determina a estrutura e a dinâmica de um sistema econômico. A questão passa a ser a identificação das fontes de produtividade que sejam historicamente novas para se compreender o sistema econômico da nova economia informacional. Este procedimento também possibilita compreender o papel e a importância da globalização na economia informacional.

De acordo com Castells (2000), a tecnologia é o principal fator que induz à produtividade, entendendo-se o termo tecnologia, nessa situação, como o conjunto da tecnologia da informação aplicado nas organizações e seu gerenciamento. Para se compreender os caminhos do aumento da produtividade através do uso da tecnologia, é necessário admitir a hipótese segundo a qual para os agentes econômicos a produtividade não é um

2. Conforme a entrevista com Professor Manuel Castells no programa Roda Viva da TV Cultura em 05/07/1999.

objetivo em si. Os agentes (empresas, regiões, nações) buscaram a lucratividade por meio de estratégias de longo prazo, como a inovação tecnológica e a descentralização organizacional, e estratégias de curto prazo como reduzir os custos de produção, aumentar a produtividade, ampliar o mercado e acelerar o giro do capital, considerando que os preços foram ajustados pelo mercado e a lucratividade deveria ser obtida em um determinado ambiente financeiro. Com ênfases diferentes, todos estes caminhos foram utilizados na última década do século XX e a tecnologia da informação foi um instrumento básico para a sua implementação.

No entanto, Castells (2000) propõe a hipótese de que nestes casos houve a implementação de estratégias anteriores e com resultados mais imediatos — a busca por novos mercados e a luta por participação de mercados —, pois o aumento de produtividade somente se justifica se houver uma expansão anterior de demanda ou potencial aumento de demanda. Isto significa que, embora os movimentos de adaptação dos agentes econômicos para a crise de lucratividade estivessem centrados na redução de mão-de-obra e reduções salariais, o grande desafio para as empresas e para o capitalismo como um todo era encontrar novos mercados para absorver a capacidade de produção crescente de bens e serviços. De acordo com o autor, esta foi a principal causa para a grande expansão do comércio em relação à produção e do investimento estrangeiro direto nas duas últimas décadas do século XX. Como consequência, o autor (Castells, 2000:104) afirma

Ao estender seu alcance global, integrando mercados e maximizando vantagens comparativas de localização, o capital, os capitalistas e as empresas capitalistas aumentaram substancialmente sua lucratividade na última década e, em particular, nos anos 90, recuperando, por enquanto, as condições para investimento de que a economia capitalista depende.

Em contrapartida, a evolução dos salários é moderada no período recente (tabela 1). O aumento dos salários reais tem sido consideravelmente abaixo do aumento da produtividade do trabalho.

No que tange o papel do Estado, no processo de globalização, Castells (1999) afirma ser este moldado por um tipo de relação política com as empresas através da qual os interesses do Estado ficam ligados à concorrência econômica internacional das firmas. Isto implica um tipo de intervenção do Estado que deve ser capaz de conciliar a existência de uma estratégia de desenvolvimento explícita (em termos de competi-

tividade, produtividade e tecnologia) de seu empresariado à possibilidade de utilizar a concorrência internacional para o atendimento dos seus interesses políticos específicos: o aumento da riqueza e do poder. Isto se deve principalmente à integração de países em uma economia global e a conseqüente ampliação de mercados e especialização de atividades. Segundo Singer (1997:42), *historicamente, a ampliação dos mercados foi patrocinada pelo Estado-nação, o qual deste modo criou a base para a sua própria formação*. No mercantilismo (século XV ao XVIII), a ampliação dos mercados resultou de políticas deliberadas de eliminação dos obstáculos à livre circulação de mercadorias nos mercados locais do território submetido à mesma dinastia. No século XIX, a ampliação de mercado sob a égide do liberalismo prosseguiu com maior intensidade, impulsionada pelo surgimento das novas nações fundadas nas Américas e na Europa. A Primeira Revolução Industrial conferiu à Grã-Bretanha uma competitividade impar em relação às outras nações.

Tabela 1

	Produtividade do trabalho	Salário real
Estados Unidos	2,8	0,4
Japão	1,8	1,7
Reino Unido	2,0	0,9
Euro-11	1,8	0,0
Alemanha	2,4	-0,6
Espanha	1,2	-1,3
Países Baixos	1,8	-0,1
Bélgica	1,6	-0,7

Fonte: Eurostar. Dados transcritos de OFCE (2000:12).

No entanto, de acordo com Singer (1997:40), (...) *a globalização tem sido um processo essencialmente negativo*. Em conformidade com o autor, a globalização evolui como resultado de desregulamentações, eliminação de restrições e controles de transações comerciais e financeiras internacionais. Tais restrições e controles se prestavam a submeter

transações internacionais aos interesses coletivos dos agentes locais. Quando as barreiras são eliminadas, a importação se amplia o que representa um avanço da globalização. No entanto, as importações podem substituir uma parcela da produção nacional, e neste caso fica evidenciado o caráter negativo do avanço da globalização. A substituição ocorre sem que se tenha criado algum mecanismo para a defesa dos interesses nacionais ou a justa divisão do internacional do trabalho. Castells (1999) afirma que a desregulamentação e a privatização em si não são consideradas instrumentos que promovem o desenvolvimento das nações, são apenas pré-requisitos para o crescimento econômico.

A especificidade histórica da economia informacional, segundo Castells (1999), não se encontra na capacidade de desenvolver conhecimento e realizar o processamento das informações. Tanto a economia industrial quanto a economia informacional utilizaram-se desses recursos para o crescimento econômico. A diferença encontra-se na produtividade, potencial na economia industrial madura e agora cada vez mais se tornando realidade na economia informacional, em virtude de uma mudança no paradigma tecnológico baseado na tecnologia da informação.

Sobre a produtividade, Drucker (1991) reforça a sua importância para as empresas, afirmando que o maior desafio isolado, com o qual os administradores ocidentais se defrontam, é a elevação da produtividade dos trabalhadores de informação e prestadores de serviços. A produtividade é um fator determinante para a performance competitiva das empresas, a qualidade de vida das nações industrializadas e o próprio tecido social.

Por outro lado, retomando o assunto da tecnologia da informação, Tapscott e Caston (1995) caracterizam esse novo paradigma, identificando três mudanças fundamentais: a passagem da computação pessoal para a computação em grupo, que possibilitou o redesenho dos processos de trabalho nas empresas; a passagem de sistemas isolados para sistemas integrados, que possibilitou a transformação da organização, e a passagem da computação interna para a computação inter-empresarial, possibilitando a reformulação dos relacionamentos externos.

Na década de 80, um dos principais fatores que aceleraram as mudanças na economia industrial, conduzindo o mundo à economia informacional e à globalização, foi a desregulamentação financeira e o desenvolvimento da globalização financeira.

De acordo com Castells (1999:111), *o capital é gerenciado integralmente, funcionando em tempo real pela primeira vez na história; transações no valor de bilhões de dólares são feitas em questão de segundos, através de circuitos eletrônicos por todo o planeta*. De acordo com o autor, os fluxos de capitais tornaram-se globais e, ao mesmo tempo, cada vez mais autônomos *vis-à-vis* o desempenho real das economias. Chesnais (1996) corrobora a idéia da volubilidade do capital produtivo, afirmando que as características dos mercados financeiros globais multiplicaram a capacidade do capital de realizar investimentos e desinvestimentos, intensificando a sua propensão à mobilidade.

Os mercados de trabalho não são integralmente globais. Na verdade, apenas uma parte deles é global: os profissionais especializados e cientistas. Embora seja um pequeno grupo, este é um segmento crescente. No entanto, Castells (1999) sustenta a idéia de que a mão-de-obra é um recurso global, pois as empresas podem optar por localizar-se de maneira mais adequada levando em consideração o acesso ao tipo de mão-de-obra que necessita, especializada, baixo custo, com maior controle social. Além disso, as empresas podem deslocar a sua mão-de-obra para qualquer lugar do mundo (a mobilidade é também um requisito da mão-de-obra na nova economia) desde que ofereçam as condições adequadas de remuneração e ambiente de trabalho. E também a mão-de-obra pode migrar por iniciativa própria.

De acordo com Ohmae (1989), as comunicações, informações, ciência e tecnologia estão organizadas em fluxos globais, porém se caracterizam por uma concentração nos países da tríade do poder global: Estados Unidos, Comunidade Européia e Japão. Para ilustrar a atualidade das afirmações do autor, recorre-se aos dados do Banco Mundial (2001), pelos quais é possível constatar que poucos são os países que apresentam um alto número de cientistas e engenheiros de P&D (pesquisa e desenvolvimento). Considerando-se o número de 2500 especialistas por milhão de habitantes, somente 13 países atingem este patamar (Alemanha, Austrália, Azerbaidjão, Canadá, Dinamarca, Estados Unidos, Federação Russa, Finlândia, França, Japão, Noruega, Suécia e Suíça).

Considerações finais

No presente artigo foram analisados aspectos da transformação do capitalismo no decorrer do século XX. Essas transformações foram influ-

enciadas por três pontos principais: a revolução tecnológica, a globalização e os processos de divisão internacional do trabalho relativos à própria reestruturação produtiva.

A revolução tecnológica propiciou três grandes mudanças nas sociedades: a incorporação de novos hábitos pela população em decorrência de novos produtos desenvolvidos pelas empresas; os processos de inovação de produtos e serviços tornaram-se mais complexos desde a invenção até o consumo; e a terceira mudança corresponde à qualidade da tecnologia que prescindiu da mão-de-obra intensiva, atribuindo maior importância à aplicação intensiva de capital.

A globalização consiste numa das principais características do capitalismo. Ela esteve presente desde os primórdios deste modo de produção. No entanto, no final do século XX, este fenômeno sofreu uma forte intensificação. O que antigamente constituía-se em processos de comercialização esporádico e localizado passou a ser um intenso e abrangente fluxo produtivo, financeiro e comercial. O fenômeno da ampliação de mercado constitui-se em um dos principais elementos para a compreensão da globalização, assim como a reprodução ampliada do capital. Tanto o mercado como a reprodução do capital estiveram sempre presentes na história do capitalismo, porém sofrendo contínuas transformações. Optamos por focalizar as transformações do mercado e reprodução do capital ocorridas no século XX. A principal constatação é que tanto o mercado quanto as formas de reprodução do capital passaram a ter amplitude global.

A divisão internacional do trabalho é decorrente da instalação de fábricas nos países do Terceiro Mundo, os quais aumentaram as exportações de produtos manufaturados para países do Primeiro Mundo. Discutem-se as bases do processo de globalização e as conseqüências na divisão internacional do trabalho. Nesse contexto se desenvolveu a economia informacional, que consiste na forma de capitalismo em que a produtividade e a competitividade dependem da informação, ela se baseia no conhecimento e encontra-se organizada em escala global. O seu surgimento está diretamente vinculado à revolução da tecnologia de informação que propiciou a base material indispensável para a sua consolidação.

Bibliografia

ALVES, G. (2000). *O Novo (e precário) Mundo do Trabalho*. São Paulo: Boitempo.

- BANCO MUNDIAL. (2001). *Relatório Sobre o Desenvolvimento Mundial 2000/2001: Luta Contra a Pobreza*. Endereço eletrônico: <http://www.worldbank.org>.
- CASTELLS, M. (2000). *A Sociedade em Rede*. São Paulo: Paz e Terra.
- CHESNAIS, F. (1996). *A Mundialização do Capital*. São Paulo: Xamã.
- DRUCKER, P. (1992). As Mudanças na Economia Mundial. *Política Externa*, n. 3, pp. 17-39.
- DRUCKER, P. (1991). The New Productivity Challenge. *Harvard Business Review*, novembro-dezembro de 1991, v. 69, n. 6, pp. 69-79.
- HARVEY, D. (1998). *Condição Pós-Moderna*. São Paulo: Loyola.
- HOBSBAWM, E. (1995). *Era dos Extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- IANNI, O. (1997). *A Sociedade Global*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- _____. (2000). *Teorias da Globalização*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- OFCE — Observatoire Français des Conjonctures Économiques. *Dossier Lés Perspectives: Une Certaine Hésitation Perspectives 2000-2001 Pour L'Économie Mondiale*. (Outubro de 2000). Endereço eletrônico: <http://www.ofce.sciences-po.fr>.
- OHMAE, K. (1989). *O Poder da Triade: A Emergência da Concorrência Global*. São Paulo: Editora Pioneira.
- SINGER, P. (1997). Globalização Positiva e Globalização Negativa: A Diferença é o Estado. *Novos Estudos CEBRAP*, julho 1997, n. 48, pp. 39-65.
- TAPSCOTT, D., CASTON, A. (1995). *Mudança de Paradigma: A Nova Promessa da Tecnologia da Informação*. São Paulo: Makron Books.